

## O padrão idealizado de família e de mulher em Diamantina e região – 1860 a 1930

### The idealized standard of families and women in Diamantina and its surrounding – 1860 to 1930

*Dayse Lúcida Silva Santos\**

**Resumo:** O presente artigo busca discutir o padrão idealizado de família e de mulher instituído em Diamantina de 1863 a 1933, analisando o relacionamento conjugal do ponto de vista dos papéis sociais ideais, os quais deveriam ser seguidos por homens e mulheres. As fontes utilizadas foram jornais da Biblioteca Antônio Torres/IPHAN e a documentação existente no Arquivo da Mitra Arquidiocesana de Diamantina.

**Palavras-chave:** Família, mulher, Diamantina, casamento

**Abstract:** The present work aims at discussing the idealized standard of families and women instituted in the city of Diamantina from 1863 to 1933, analyzing the matrimonial relationship in regard to the ideal social roles, which should be followed by men and women. This study is based on the newspapers of Biblioteca Antônio Torres / IPHA (Antônio Torres Library) and the existing documentation of the Arquivo da Mitra Arquidiocesana de Diamantina (the existing documentation on the files of the archdiocese of Diamantina).

**Key words:** Family, woman, Diamantina, marriage

## 1. Introdução

O presente artigo busca discutir o padrão idealizado de família e de mulher instituído em Diamantina na segunda metade do século XIX e nas três primeiras décadas do século XX. Esta investigação procura enfatizar os papéis sociais ideais que deveriam ser seguidos por homens e mulheres do Antigo Tejuco, a partir da análise de jornais confeccionados na cidade que circularam na região. Porém, algumas questões acerca do casamento devem ser anteriormente esclarecidas.

---

\* Mestre em História/UFMG. Professora do Curso de História da Faculdade de Filosofia e Letras de Diamantina/FEVALE.

No Brasil colonial, o casamento foi prioritariamente uma instituição da elite, pois conferia *status* e era um mecanismo essencial de transmissão do patrimônio. Isso não significou que as camadas mais baixas, inclusive os escravos, realizassem apenas uniões consensuais (AlgrantI, 1997). Até quase final do século XIX, o casamento e o processo de separação era de responsabilidade apenas da Igreja (Pires, 1997). Somente a partir de 1890 o Estado passou a legislar sobre a união matrimonial, pois compreendeu o casamento civil realizado como um contrato entre um homem e uma mulher. Essa atitude não alterou a sua essência de modelo idealmente construído: o casamento continuaria a constituir-se como um vínculo indissolúvel.

As tensões provocadas por este lento enraizamento do casamento monogâmico no interior dos relacionamentos conjugais foram as mais diversas (Silva,1993; Soihet,1999; Araújo, 1993). Para resolver esses conflitos, não só os homens, como também as mulheres tomaram a iniciativa de deixar o lar, quer seja buscando alternativas para suas vidas, quer seja devido aos maus-tratos sofridos no decorrer da vivência conjugal. Desta forma, elas demonstravam o fracasso do modelo de casamento adotado pela Igreja e pelo Estado, o qual era permeado pelas tensões advindas da vida conjugal.

Estudos recentes têm demonstrado que a família patriarcal brasileira, estudada por Gilberto Freyre, era uma das formas de organização familiar que existiu na época.<sup>1</sup>

No período colonial, a família mineira conviveu com outras formas de organização familiar. Nas Minas setecentistas, houve a predominância de relações consensuais e, no decorrer do século XIX, como efeito do processo de ruralização vivenciado nas Minas (Figueredo, 1997:30), o casamento monogâmico triunfou sobre outras formas de arranjos familiares. Soma-se a isto um melhor desempenho da Igreja em aproximar o matrimônio de uma parcela cada vez maior da população. O estudo sobre as permanências das tradições e valores em Diamantina e Curvelo, no decorrer do século XIX e XX,

---

<sup>1</sup> FREYRE, Gilberto. Casa grande e Senzala. 46ed. Rio de Janeiro: Record, 2002. Para se repensar a família patriarcal brasileira e sua utilização como matriz interpretativa para a história da família brasileira, Cf os trabalhos de: SAMARA, Eni de Mesquita. A família brasileira. 4 ed. São Paulo: Brasiliense, 1993; SAMARA, Eni de Mesquita. As mulheres, o poder e a família. Op. cit.; CORRÊA, Mariza. Repensando a família patriarcal brasileira In: Colcha de Retalhos: estudos sobre a família no Brasil. 3ed, São Paulo: Unicamp, 1994, p.15-42; Cf também: ALMEIDA, Ângela (org) Pensando a família no Brasil: da colônia à modernidade. Rio de Janeiro: Espaço e tempo Editora da UFRJ, 1987, p. 13-21. Mariza Corrêa afirmou que “O problema principal de ambos os textos – Casa Grande... – é então o contraste entre essa sociedade multifacetada, móvel, flexível e dispersa, e a tentativa de acomodá-la dentro dos estreitos limites do engenho ou da fazenda”(p.24), mais adiante, completa que “a família patriarcal pode ter existido, e seu papel ter sido extremamente importante, apenas não existiu sozinha...”(1994:27).

demonstrou que a sociedade diamantinense valorizava a mobilidade social, o novo, a aventura, a liberdade, o urbano, sendo esses valores, contraditoriamente, conservados pelas famílias tradicionais (Paula, 1999).

Diamantina sediou Diocese e Arquidiocese extensas, as quais funcionavam como porta de entrada para o norte/nordeste mineiro, legitimando e implementando idéias e projetos surgidos neste espaço social, a partir de uma freqüente “orientação” moral (missionária e tolerante) para com as sociedades.

Tal estudo fundamentou-se na análise de jornais arquivados na Biblioteca Antônio Torres e nos documentos do Arquivo da Arquidiocese de Diamantina, o que proporcionou observar a existência da tentativa de modelagem dos comportamentos femininos. Nestas fontes, estão arroladas as concepções dos moralistas e da Igreja, podendo-se perceber, nas entrelinhas, o processo de mudança social que ocorria à margem deste discurso. Esse estudo buscou reunir informações e discursos a respeito do padrão ideal de família e do papel da mulher que, em tese, deveria ser seguido. Desse modo, o discurso construído evidenciou o panorama dos perigos, das ações, dos comportamentos repudiados socialmente. Diversos exemplos empregados pelos jornalistas (locais ou não) demonstram os obstáculos da implantação de uma dada ordem, bem como a luta contra a chamada *transição dos costumes* que os jornais alardeavam. Assim, a análise documental pautou-se no

desvendar dos espaços femininos conquistados e não prescritos, por isso em grande parte calados ou omitidos nos documentos escritos. Os papéis propriamente históricos das mulheres podem ser captados nas tensões, mediações, nas relações propriamente sociais que integram mulheres, história, processo social, e podem ser resgatados das entrelinhas, das fissuras e do implícito nos documentos escritos. Isso requer uma leitura paciente, um desvendar criterioso de informações omissas ou muito esparsas, causais, esquecida do contexto ou da intencionalidade formal do documento. (Dias, 1995:50)

A abordagem da história da mulher, nessa investigação, parte do pressuposto de que as mulheres não foram agentes passivas na convivência conjugal, e que desenvolveram estratégias, ora de atividade, ora de aparente passividade.

O ano de 1863 é o marco inicial deste trabalho, pois a década de 60 representa a culminância de uma série de transformações na cidade de Diamantina. Essas mudanças vão aos poucos alterando a vida cotidiana na cidade, seja social ou economicamente (Martins,

2000: 290)<sup>2</sup>. Nessa data, o Bispo D. João Antônio dos Santos assumiu o recém criado Bispado de Diamantina. A preocupação com a moralidade, e, por conseguinte, o cumprimento dos papéis sociais destinados aos homens e mulheres na área de atuação do Bispado (projeto moralizador) foi então enfatizado e melhor sistematizado, por meio da tentativa de modelagem do comportamento feminino, especialmente o cumprimento de seu papel de mãe e de esposa. Esse projeto teve continuidade com o Bispo D. Joaquim Silvério de Souza, Arcebispo de Diamantina até 1933, marco temporal final deste estudo.

## 2. Diamantina: palco de transformações

Durante o período de 1863 a 1933, diversas alterações fizeram-se presentes na cidade e na região de Diamantina. Em 1870, a indústria local experimentou um surto modernizador expressivo, principalmente com a fábrica do Biribiri, uma vez que a atividade mineradora havia permitido a acumulação de capitais necessários para a montagem de indústrias leves. (Matins, p. 289; Costa, 1933).<sup>3</sup> O jornal *O Norte*, de 1909, saldou as transformações que a cidade passava:

E então os costumes serão outros, ver-nos hemos forçados a seguir o exemplo das cidades adiantadas e abandonarmos o antigo costume que hoje de nada nos serve (Abat, *Jornal O Norte*, 1909, ano 1, nº 8, maço 25).

Os dez anos iniciais do século XX marcaram significativas alterações no espaço urbano. Em 1910, os melhoramentos urbanos foram intensificados, como a reorganização do sistema de água, esgoto, calçamento das ruas e instalação de luz elétrica. O projeto urbano modernizador abrangia diversas áreas. Uma delas, por exemplo, foi a construção de cemitério municipal e a proibição do sepultamento em Igrejas. Esse projeto não teve acolhida imediata no seio da sociedade e, somente por volta de 1915, foi melhor aceito. Souza, ao analisar o papel de Diamantina e do Serro na formação do nordeste mineiro, identificou diferenças em ambos os núcleos urbanos, pois água, luz e cadeia são os

---

<sup>2</sup> A década de 60 marcou diversas transformações na vida diamantinense: D. João Antônio dos Santos assumiu o Bispado de Diamantina (1863); a cidade sediou uma extensa Comarca Judiciária (1873); o 3º Batalhão da Polícia Militar foi instalado (1890); o Fórum da Comarca de Diamantina foi instalado (1892); o Colégio Nossa Senhora das Dores e o Seminário Episcopal foram criados pelas elites locais (1850); a sub-administração de correios e repartição geral de telégrafos foi instalada (1905); a Estrada de Ferro Central do Brasil foi inaugurada (1914).

<sup>3</sup> Em 1908, “Biribiri empregava 140 operários, trabalhando com tinturaria e fundição de ferro e bronze”, recebendo influência direta do bispo de Diamantina. Outras fábricas também se destacavam, como a de São Roberto e Perpétua. (p. 289).

componentes básicos do projeto de modernização do espaço urbano na sociedade serrana. Em Diamantina, o projeto é um pouco diferente

(...) os serviços serão prestados por uma empresa ou sociedade anônima para a câmara que os comprará. A luz projetada é a elétrica e não a de azeite (...) Pensa-se também em rede de esgotos como aliada ao saneamento básico. Mas o aspecto mais importante é a colocação do trabalho como serviço urbano básico e não é o trabalho do homem adulto, mas das crianças e mulheres. Esse é, sem dúvida, o aspecto novo: manter a população ocupada é o principal serviço de uma ordem urbana nova. (1993:194-5)

A expressão da vida intelectual urbana diamantinense pode ser, em parte, observada na grande produção local de jornais ao longo desse período. Nas páginas desses jornais o debate sobre a vida diamantinense, em todos os seus aspectos, era intenso. Aqui, destaca-se um jornal liberal de 1912 que, constantemente, discutia com a Câmara a questão dos melhoramentos urbanos. Desta forma, apontava que a Câmara Municipal teria

que marcar a zona urbana, dentro de cujo perímetro os proprietários serão obrigados a dotar seus prédios de água potável, privadas e banheiros, sob pena de conservá-los (sic) fechados e inabitados (sic). Nos arrebaldes, entretanto, fora da zona de canalização obrigatória, poderão ser construídas fontes modernas e higiênicas, para a serventia da população pobre, à imitação do que há em São Paulo, Rio de Janeiro, Manaus, Recife e em outras cidades (ABAT, *Jornal A Idea Nova*, 09/06/1912, ano 7, n.º 321).

É importante notar que é um projeto que vangloriava-se de ser moderno e higiênico, tal qual as tendências da época.

Outro grande avanço modernizador na cidade de Diamantina foi a chegada do ramal ferroviário da Estrada de Ferro Central do Brasil, ligando Diamantina a Belo Horizonte e Rio de Janeiro, no ano de 1914. É importante observar, como afirmou os estudos de Martins, que a ferrovia reordenou o sistema tropas, pois em diversos pontos ao norte mineiro, esse tipo de transporte ainda era muito usado e necessário, uma vez que preenchia as lacunas deixadas pela ferrovia. Em Belo Horizonte, como em Diamantina, os trilhos representavam

os ícones propulsores da civilização [e] parecem indicar o instante preciso em que o brasileiro recupera padrões de conduta herdados do velho mundo, diluindo as manifestações divergentes do modelo europeu. (Rodrigues, 1999: 222-3)

Contrastando com essas tendências modernizadoras, em várias localidades do Vale do Jequitinhonha, de modo geral, havia pouca circulação de moedas. Neste sentido, os grandes empórios urbanos atuavam como “casas de crédito”. Em Joáima, por exemplo, um farmacêutico pôs em circulação créditos seus, conhecido na cidade como o dinheiro do

Lalau (Ribeiro, 2000). Para o caso específico de Diamantina, o mesmo aconteceu, sendo que o dinheiro posto em circulação e aceito para qualquer venda de mercadorias era o Borrusquês. (Martins; Morley, p29)

A vida cultural também viveu um momento de efervescência modernizadora, convivendo com influências européias trazidas por meio do comércio de Diamantina com Belo Horizonte e Rio de Janeiro. Na contramão dessas tendências, o Bispo de Diamantina procurava moralizar as populações do nordeste de Minas Gerais, pois o progresso de que se falava não poderia subverter os valores e padrões tradicionalmente estabelecidos na sociedade. A imprensa local atuou como forte aliada no projeto do Bispo, buscando circunscrever a região à tentativa de manutenção dos chamados bons costumes frente às mudanças e foi muito crítica aos ideais modernizadores. O jornalista José Teixeira Neves, que vivenciou a implementação deste projeto, o definiu da seguinte forma

um dos seus primeiros cuidados, como Bispo coadjutor, é a fundação da “Estrela Polar”, folha oficial, doutrinária, noticiosa e literária do Bispado, a 1º de Janeiro de 1903, sob os cuidados de outro homem de letras, o Cônego Severiano de Campos Rocha (...) é editada nas oficinas tipográficas de Motta e Cia., por conta da Mitra. O nome da folha, por si só, equivale a um programa: nortear. Para os fundadores é pouco; um lema torna-o mais explícito: *Iter prabens tutum* (Indicar o caminho certo). (...) Interessa-se pelos assuntos vinculados ao progresso do país, pela solução dos problemas da administração pública geral e não se alheia às necessidades provincianas. Bate-se pela construção do ramal férreo de Diamantina, velha aspiração local. Manifesta-se favorável à modernização da cidade, adotando, no entanto, um critério possível de revisão, pois, Dom Joaquim não poderia deixar de concorrer para a preservação do nosso Patrimônio Histórico e Artístico”. (Ajtn-Abat, p. 2-3; Machado Filho, 1997: 197).<sup>4</sup>

Esse processo pode ser melhor compreendido ao analisar as características e o papel empreendedor da Igreja Católica nesse meio. Essa ação cristã desencadeou um processo peculiar de modernização (Rodrigues, 1999; Paula, 2000), na qual idéias de progresso, civilização e modernização conviveram com o tradicional, ora adaptando-se a ele, ora reforçando-o.

Embora esta pesquisa não tenha seu foco de análise nas questões da história do trabalho feminino, é importante destacar que o discurso moralizador expandiu-se para diversos aspectos da sociedade, como é o caso da fábrica do Biribiri, idéia cristalizada de

---

<sup>4</sup> No arquivo em questão, estão notificadas diversas passagens, cuidadosamente anotadas pelo Jornalista José Teixeira, sobre pessoas, eventos, vida política, cultural e econômica de Diamantina no final do século XIX e início do século XX. Um outro artigo do mesmo autor mostra detalhadamente os jornais que circularam em Diamantina no período em questão.

modernização e industrialização da região, que foi toda concebida como o “lugar de moralização dos costumes”, exemplo de vida comunitária feminina.

Nessa fábrica, as moças operárias, sempre em grupo, iam do convento (dormitório) para o refeitório, para a fábrica, para a Igrejinha, para o largo. O bom comportamento garantia a ascensão do quadro funcional por meio de fitas azuis, roxas, vermelhas e verdes. O trabalho era concebido como graça divina. (Martins, p. 300)

Nesse sentido, a fábrica não era moderna, apesar de trazer consigo porções e ideais do “moderno” mas, sobretudo, indicava uma ação do clero diamantinense. Ela foi fundada e dirigida pelo Bispo de Diamantina, D. João Antônio dos Santos e sua família, desde 1873 (Machado Filho, p.194).

A vida intelectual e moral expressa por meio dos jornais veicularam um discurso anti-modernizador em matéria de manutenção dos bons costumes locais. Os artigos de jornais buscavam, em sua grande maioria, moralizar os costumes e hábitos sociais que a sociedade aos poucos alterava segundo orientação “moderna”. Nesse sentido, no que se refere à função feminina, essa deveria ser circunscrita ao recôndito do lar (Santos, D., 1999).

Era necessário, pois, moralizar os costumes. Este discurso era veiculado na fábrica e reforçado por meio dos jornais, indiferentemente de sua tendência (conservadora ou liberal). A grande preocupação residia na possibilidade de realizar melhoramentos urbanos na cidade, sem que isso provocasse algum tipo de alteração nos costumes e na tradição, os quais deveriam permanecer intocados. Ou seja, em Diamantina, as elites eram favoráveis às transformações urbanas, desde que não interferissem nos costumes cultivados no local, muito embora o projeto moralizador do bispado convivesse, na prática, com constantes questionamentos.

### **3. O padrão familiar e o papel da mulher no relacionamento conjugal**

Na cidade de Diamantina e região vizinha, o padrão ideal de vida familiar baseava-se em papéis sociais rigidamente definidos tanto para o homem quanto para a mulher, especialmente aqueles que diziam respeito à vida conjugal.

A instituição familiar apresentava-se como o baluarte da preservação dos “bons costumes”. Esta expressão era utilizada pelos jornais locais como sinônimo de organização familiar, partindo do pressuposto de que a normatização social deveria ser rigidamente seguida.

Também servia para definir posturas mais “conservadoras”,<sup>5</sup> que visavam reforçar as normas sociais que vinham sendo construídas e normatizadas pelo Estado e pela Igreja, de forma crescente, desde os séculos anteriores.

Desde o século XVIII, a sociedade diamantinense vivenciava descaminhos que sobrepujavam a ordem normatizadora da Igreja e do Estado português. Práticas como o concubinato, ou a constituição de ampla descendência ilegítima eram comuns no então denominado Arraial do Tejuco, fato notoriamente ilustrado pelo relacionamento vivido pela mulata Chica da Silva e o contratador de diamantes (Furtado, 2001 e 2003). Ao longo desse período, mas principalmente no decorrer do século XIX, por meio do projeto moralizador do Bispado de Diamantina, que a Igreja preocupou-se em delimitar com mais clareza a formação moral e os papéis sociais que os cônjuges deveriam cumprir na sociedade local. Tais papéis podem ser ilustrados nos conselhos que o Bispo D. João Antônio dos Santos dava aos maridos:

- 1º Amar a esposa como Jesus Christo ama sua Igreja;
- 2º Respeitá-la como sua companheira;
- 3º Dirigi-la como lhe sendo sujeita;
- 4º Guardar-lhe todo amor e fidelidade;
- 5º Sustentá-la com decência;
- 6º Sofreá-la<sup>6</sup> com paciência;
- 7º Ajudá-la com caridade;
- 8º Repreendê-la com benignidade;
- 9º Exortá-la ao bem com palavras, ainda mais com exemplo;
- 10º Não ofendê-la nem desonrá-la por fatos nem por palavras;
- 11º Não fazer, nem dizer coisas em presença dos filhos, ainda que pequenos, que lhes posam servir de escândalo. (AJTN-ABAT, p. 2-3)

As obrigações que o Bispo listou para o marido indicavam que o papel ideal do homem no seio da família deveria ser o de provedor do lar e de mando, sendo fiel à esposa e fornecendo o exemplo modelar a ser seguido pelos demais membros sob sua proteção.

---

<sup>5</sup> Segundo o dicionário da Língua Portuguesa Houaiss, por conservador compreende-se aquele que defende idéias, valores e costumes ultrapassados e/ou que é contrário a qualquer alteração da situação que se atravessa, do que é tradicional ou da ordem estabelecida.(p.808).

<sup>6</sup> Soffel-a = sofreá-la = reprimir. Neste trabalho, optou-se em manter a grafia original dos documentos.

Para a mulher, D. João também se preocupou em orientar sobre o seu papel na vivência conjugal. Assim, elas deveriam:

- 1º Amar o marido;
- 2º Respeitá-lo como seu chefe;
- 3º Obedecer-lhe com afeto e prontidão;
- 4º Adverti-lo com descrição e prudência;
- 5º Responder-lhe com toda a mansidão;
- 6º Servi-lo com desvelo;
- 7º Calar quando o vir irritado;
- 8º Tolerar com paciência seus defeitos;
- 9º Não ter olhos, nem coração para outro;
- 10º Educar catolicamente os filhos;
- 11º Ser muito atenciosa e obediente para o sogro e sogra;
- 12º Benévola com os cunhados;
- 13º Prudente e mansa, paciente e carinhosa com toda a família. (AJTN-ABAT, p. 2-3)

Quando se observa o papel definido pelo Bispo para a esposa em relação ao marido, ressalta-se o papel de subordinação que cabia à mulher. Logo no parágrafo segundo, enquanto cabia ao marido “respeitar a esposa como companheira”, o mesmo respeito era cobrado da mulher, mas numa posição de sujeição, devido à condição de chefe do núcleo familiar ocupado pelo marido. Foram também acrescentados mais dois pontos importantes em relação aos deveres do marido: tratar bem o sogro, a sogra e ser benévola com os cunhados, subordinando a mulher aos interesses do clã marital. Cabia à mulher o sustento ideológico e afetivo do núcleo familiar, por meio de deveres que exigiam das mesmas: mansidão, recato, fidelidade, prudência e subordinação. Em ambas as obrigações, o amor conjugal vem em primeiro lugar, denunciando a parceria entre amor e convivência dos casais para construir um lar feliz. Mas ao homem estava destinado o mando e a liderança do lar, à mulher, a obediência, a resignação e o servilismo.

Esse projeto moralizador implementado pelo clero diamantinense desde a época do Bispo D. João Antônio dos Santos (1863) teve continuidade com o Arcebispo D. Joaquim Silvério de Souza (1905) e utilizou-se do argumento de que em Diamantina assistia-se à

perigosa “transição dos costumes” com o intuito de diminuir as transgressões às normas instituídas. Tal projeto deveria estender-se às comunidades que estavam sob os cuidados da Mitra de Diamantina. Os Jornais e as Visitas Pastorais tornaram-se peças importantes nesse processo.

Assim, por *transição* dos costumes – terminologia comumente utilizada em jornais da época – entendiam-se as posturas assumidas por homens e mulheres, especialmente as mulheres, diante do padrão moral instituído. Tais posturas diziam respeito às atitudes das pessoas que tivessem a ousadia de contrariar o padrão vigente, concorrendo para a desagregação da “harmonia” familiar existente. As atitudes que não seguissem o padrão pensado para essa sociedade apontavam para o desejo de construção de outras práticas sociais que iam de encontro ao desejo do indivíduo e que transgrediam tais normas.

A família deveria perpetuar o padrão de vida existente, acionando mecanismos que compactuavam com o objetivo maior de *manter os bons costumes*.<sup>7</sup> É por este motivo que a família foi compreendida como o *locus* da convivência conjugal a ser preservada. Ao mesmo tempo em que o discurso reafirmava a necessidade de manter os bons costumes, deixava brechas que apontavam para as dificuldades encontradas na implementação de tal projeto.

Neste sentido, duas questões se colocam para melhor compreensão desta sociedade, quais sejam: qual era, enfim, o padrão de vida familiar existente e o papel ou a função que a mulher exercia no seio da família? É possível identificar a presença ou pelo menos indícios de outros relacionamentos familiares ou posturas femininas que apontassem para a mudança do padrão de vida familiar instituído?

#### **4. O ideal de família e de mulher no discurso jornalístico**

A imprensa local pode ser compreendida como um dos veículos capazes de tornar público o padrão de vida familiar dominante, apesar de trazer presente nas entrelinhas os conflitos que a família enfrentava com este mesmo padrão. Tal situação apontava para a existência de outros “relacionamentos” existentes, que por sua vez conflitavam com a norma vigente. Partindo deste pressuposto, este estudo lançou mão de uma amostragem de artigos de

---

<sup>7</sup> Três instituições se aliaram localmente com o objetivo de adestrar a sociedade em questão: O Estado, a Igreja e a Imprensa.

jornais composta por, aproximadamente, duzentos e quatro artigos, assinados ou não assinados, que circularam em Diamantina e região.

Esses jornais documentaram e fizeram transitar normalizações morais, majoritariamente imbuídas do modo de vida preconizado pela Igreja Católica, embora oferecessem também informações a respeito dos questionamentos à ordem colocada, indicando a presença latente do processo de mudança social pela ação da mulher no seio familiar. Em grande parte, ofereciam notícias da vida social, política, econômica e religiosa da sociedade em questão, que, além de variadas, circularam em grande quantidade.

Portanto, a imprensa documentava e fazia circular informações sobre a vida diamantinense, constituindo-se como um palco privilegiado onde as pessoas projetavam sua visão de mundo, suas paixões, divulgavam suas poesias e folhetins, apontando caminhos e soluções para os mais diversos problemas. Tais assuntos estavam presentes nos artigos jornalísticos, onde as pessoas emitiam suas impressões sobre os acontecimentos, sobretudo na região, mas também no Brasil e até no mundo, compreendendo determinados aspectos e contextos históricos. Segundo James William Goodwin Jr, os jornais proporcionam

novos enfoques, novos objetos de estudo, encontram em páginas antes esquecidas os elementos para delinear imagens do passado: modas, costumes sociais, discursos, mentalidades. A leitura dos jornais permite perceber quais são os valores hegemônicos em uma determinada época e região e a forma como esse *zeitgeist* vai sendo incorporado e encarnado, até se tornar o parâmetro pelo qual a realidade é medida. (Goodwin Jr, 2001: 9)

Para ilustrar, de forma breve, o material selecionado para o estudo em questão, a tabela abaixo é esclarecedora:

Tabela 01 – Relação dos artigos / jornais

Jornal	Quantidade de artigos	Décadas e quantidade de jornais*				Ano dos fascículos de jornais arquivados na BAT
		a	b	c	D	
Pão de Santo Antônio	102	-	14	40	48	1907, 1909, 1911 -13, 1915 -17, 1920-35, 1931, 1935-34
A Estrela Polar	24	02	21	01	-	1903-16, 1922, 1935-37
A Idéia Nova	23	10	13	-	-	1906-12
O Município	17	17	-	-	-	1894-1900
O Norte	15	15	-	-	-	1906, 1909
Outros **	19	07	12	-	-	-
Total	200	51	60	41	48	

(\*) a) década de 1890 a 1909; b) Década de 10; c) Década de 20; d) Década de 30; e) Década de 40. (\*\*) Também, foram utilizadas, em menor quantidades, exemplares dos seguintes jornais: O Município, Voz Feminina, O Jequitinhonha, O Norte, Voz do Norte, A Diamantina, O Itambé, O Perereca e O Pururuca. Fonte: Levantamento de dados realizados na Biblioteca Antônio Torres, IPHAN/Diamantina, Arquivo de Jornais.

As temáticas apresentadas nos artigos de jornais são as mais diversificadas possíveis, mas, para este estudo, foram selecionados os assuntos referentes à mulher, à família, ao casamento, à dissolução dos costumes, ao divórcio, ao desquite, aos crimes e às estatísticas criminais. É importante ressaltar que foi consultado um universo muito maior de artigos, muito embora o quadro acima demonstre apenas o material selecionado a título de amostragem para efeito de estudo.

Utilizou-se de forma majoritária o *jornal Pão de Santo Antônio*, que é um jornal publicado sob a responsabilidade da instituição do Pão de Santo Antônio de Diamantina. Esse periódico é de orientação católica/leiga e fundado em 1906 pelo então Bispo de Diamantina, Dom Joaquim Silvério de Souza. Preocupava-se basicamente “com a luta e defesa das tradições e costumes da terra, o que cultivava com carinho”, segundo informa o jornalista José Teixeira Neves. (AJTN. cx 6, envelope 01, folha 79)

A *Estrela Polar*, jornal tradicional católico da Arquidiocese de Diamantina, foi fundado em 1904. O jornal *A Idéia Nova* era de cunho mais liberal e foi fundado em 1909. Esses jornais seguiam, juntamente com o *Pão de Santo Antônio*, uma linha ideológica de cunho conservador ao tratar de questões direcionadas à família e à mulher, notadamente nos aspectos morais. O único periódico que marcou ampla defesa à mulher foi o *Voz Feminina*, fundado em 1900, sendo confeccionado por três mulheres diamantinenses. Esse material, aqui estudado, demonstrou alguns dos meandros da atuação feminina por meio de diversos pontos de vista, muito embora privilegiasse um determinado padrão de família e mulher desejável por um segmento social detentor de poder naquele momento.

A partir da consideração acima, foi possível perceber a forma pela qual a família era esboçada no discurso desses jornais, os quais elegiam para a mulher o papel de principal articuladora e mantenedora do lar. O binômio família-mulher era indissociado. Assim, esses documentos evidenciaram muito mais representações desejadas calcadas na idealização do que deveria ser o lar doméstico, o casamento, a família e a mulher.

A concepção de lar doméstico, segundo o padrão moral instituído e construído a partir do casamento, tinha na mulher o sustentáculo básico. A mulher cumpria o papel social de esposa e mãe, reinava no lar com o objetivo de divulgar os ensinamentos cristãos, oriundos de uma educação severa, modelar, em que imperavam o temor a Deus e a obediência (tanto da mulher quanto dos filhos). Existia uma hierarquização da imagem feminina. A

mulher “amante”, segundo a opinião dos moralistas que escreveram para os jornais, é muito inferior àquela que é mãe. (ABAT, *Jornal o Município*, 7/08/1900. Ano VI, n.º 237).

No lar idealizado nas *tiras* dos artigos jornalísticos de cunho conservador, a mulher “erguia-se como sacerdotisa do lar” (ABAT, *Jornal Pão de Santo Antônio*, 1924, n.º 4, ano 17), como aquela que governava a família no espaço do privado, uma vez que a felicidade humana, em tese, deveria repousar na tranqüilidade do mesmo. É importante destacar que a expressão *sacerdotisa* chama a atenção para o seu “similar” na sociedade: o padre. Ambos, a mulher (rainha do lar) e o padre apresentavam algo em comum: a responsabilidade de *cuidar* da sociedade e da família. Cuidar, neste sentido, significava atuar de forma que os chamados bons costumes fossem mantidos.

Além de rainha do lar, à mulher estava resguardado o cuidado absoluto com a prole. A maternidade, segundo a opinião das pessoas que escreviam nos jornais, era de renúncia aos prazeres do mundo e de total dedicação aos filhos. O artigo abaixo demonstrou bem a importância devotada à maternidade feminina, valorizando-a:

Ser mãe é renunciar a todos os prazeres mundanos, os requintes do luxo e da elegância, é deixar de aparecer nos bailes em que a vigila(sic) se prolonga, o espírito se excita e o corpo se cansa no gozo das valsas; é não sahir por temer o sol, o vento, a chuva, na desgraçada dependência do temor imenso de que sua saúde sofra e reflita o mal na criança; é passar as noites num cuidado incessante, em sonhos curtos, leves com o pensamento sempre preso à mesma criaturinha rósea, pequena, macia, que suga o sangue, que lhes magoa os braços, que a enfraquece, que a enche de sustos, de trabalhos e de provações, mas que faz abençoar a ignota providência de a ter feito mulher para poder ser mãe. (ABAT, *Jornal Pão de Santo Antônio*, 1915, n.º 9, ano 33)

É interessante observar que, ao contrário de muitos artigos consultados, o artigo *ser mãe* foi assinado. A autora denomina-se Júlia Lopes, que foi importante escritora e feminista que contribuiu para a discussão da condição feminina em sua época<sup>8</sup> (Schumacher, 2000: 305-6). Até o ano de 1934, Júlia Lopes publicou diversos livros e escreveu crônicas e romances para diversos jornais no Rio de Janeiro, os quais tiveram ampla divulgação e alguns foram reproduzidos nos jornais locais. É importante observar que a luta feminista implementada desde a segunda metade do século XIX não era discordante da condição

---

<sup>8</sup> Júlia Lopes de Almeida (1862-1934), escritora e feminista, nasceu no Rio de Janeiro. Descendente de portugueses, a família de Júlia estabeleceu-se no Rio de Janeiro, onde Júlia aprende a ler com a mãe. Quando a família mudou-se para São Paulo, ela deu início à carreira literária. Escrevia constantemente matérias para diversos jornais, partindo de um ponto de vista crítico condenava, entre outras coisas, a escravidão, a violência sexual contra a mulher, negação do voto à mulher e a supremacia masculina. Foi atuante na defesa de seu ponto de vista, chegando a publicar diversos livros (*O livro das noivas*, 1896; *livro das Donas e Donzelas*, 1906; entre tantos outros.).

feminina de ser mãe, (Badinter, 1985:282)<sup>9</sup> cujo arquétipo, no Brasil, foi sendo construído desde o período colonial. (Del Priore, 1985). Júlia Lopes estava amplamente engajada na “crítica da sociedade de seu tempo, condenava a supremacia masculina, a negação do direito de voto às mulheres, a exploração no trabalho, a escravidão dos negros e as violências sexuais contra a mulher”(Del Priore; Fontes), mas não deixava de atribuir à mulher um papel idealizado como mãe e esposa. Segundo Norma Telles, Júlia Lopes demonstrou uma atitude oposta à sua época, demonstrando estratégias para superar os estereótipos que as mulheres vivenciavam, como a fragilidade e a doença.

No artigo *pela família*, assinado por Dhália Branca (pseudônimo) no jornal *O Norte*, a postura feminina desejada no ambiente privado do lar foi melhor explicitada. Tudo deveria concorrer para a manutenção dos bons costumes, enraizados na construção social da família e da mulher. É importante ressaltar que o papel que a mulher casada cumpria socialmente não era fácil. Ela precisava conhecer bem os afazeres domésticos, daí a necessidade de uma criação exemplar, até mesmo para saber exigir das criadas o trabalho que faziam por ela. Além disso, precisava demonstrar um alto grau de conformismo com a situação irremediável de casada. Assim,

a mulher deve ser o seu (do homem) alívio nos trabalhos, nas doenças, e em todo o estado bom ou mau que se lhe sobrevier, é ella em fim o seu consolo. Um e outro exercem fins muito nobres; mas a mulher, por sua parte deve, pelos seus pais, ter sido educada ainda mais com perfeição nos trabalhos domésticos, para com todo esmero e capricho zelar sua casa, tratar com cuidado possível o seu marido, nunca deixando faltar para elle roupas necessárias para o seu serventúrio, coser, engomar e cozinhar, afim de saber com desembaraço mandar suas criadas, visto muitas vezes não ser preciso fazer com as próprias mãos. É muito triste uma moça que não pensa assim! (ABAT, *Jornal O Norte*, 13/02/1909, n.º 01)<sup>10</sup>

Este artigo faz uma apologia à família, procurando reforçar a função da mulher nesta instituição, circunscrevendo a atuação feminina ao lar doméstico, especialmente o cuidado no trato das relações conjugais. O papel pedagógico cumprido pelos pais também era fundamental na manutenção e sucesso do projeto moralizador. De geração em geração, as mães deveriam ensinar as suas filhas a melhor maneira de se comportarem no lar conjugal. Neste sentido, o alicerce da sociedade era “a família, o ponto de concentração da vontade e o ideal máximo dos que têm uma convicção na vida”( ABAT, *Jornal Pão de Santo*

---

<sup>9</sup> Elizabeth Badinter analisou a construção do mito do amor materno especialmente em fins do século XVIII e no decorrer do século XIX. O aumento considerável das responsabilidades maternas “eclipsou progressivamente a imagem do pai”.(p.282)

<sup>10</sup> Esse jornal, de tendência Liberal, é um semanário do partido republicano. Cf. AJTN, cx, 7, envelope 07.

*Antônio*, 07/09/1924, ano 17, n.º 14). Na realidade, é como se houvesse um tripé que não poderia ruir: a sociedade tinha na família o sustentáculo de sua existência, e esta, por sua vez, identificava na instituição do casamento uma base teoricamente firme. Já o casamento estava atrelado à figura feminina ideal como eixo principal da vida conjugal. O tripé – família, casamento e figura feminina ideal – jamais poderia ficar manco, o que justificou a preocupação com as mulheres e a necessidade de circunscrever seu principal espaço de atuação, qual seja, o lar doméstico.

Em seus estudos, Margareth Rago afirmou que o discurso burguês buscou representar a esposa-mãe-dona-de-casa como ordeira e higiênica. Contrapondo-se a essa imagem, a mulher prostituta figurava como pecadora e diabólica. Essas duas imagens polarizadas de mulher possuíam um ponto em comum: as mulheres “eram submissas, dependentes, porcelanas do homem, incapazes de um pensamento racional e conseqüentemente de dirigirem sua própria vida”. (1997: 82)

A concepção de casamento impressa nos jornais foi a de uma instituição divina implementada por

Jesus Cristo que estabeleceu uma vida santa e indissolúvel união entre o homem e a mulher, e lhes dá a graça de santamente se amarem e cristãmente educarem seus filhos. (ABAT, *Jornal A Estrela Polar*, “Matrimônio”, 1906, ano 4, n.º 32).

O matrimônio seria um contrato natural diferente de qualquer outro contrato, uma vez que a sua índole era essencialmente religiosa, pois “Deus o instituiu, Deus fundou a família e deu-lhe como lei básica as características da unidade e indissolubilidade”. (ABAT, *Jornal A Estrela Polar*, “O Divórcio”, 01/09/1912, ano 10, n.º 17)

Maria de Fátima Salum Moreira destacou a problemática da vida conjugal ideal em São Paulo na década de 30, afirmando que

enquanto na imprensa e nos romances o tema do casamento aparece relacionado às expectativas sentimentais e amorosas de homens e mulheres, demonstrando a presença significativa de características individualistas e de critérios afetivos e pessoais na escolha dos cônjuges, o discurso católico mantém uma orientação conservadora para fundamentar as bases do matrimônio. (MOREIRA, 1996)

Segundo os jornais que circulavam em Diamantina, o casamento não deveria se assentar num sentimento como o amor, pois corria-se o risco de empolgar os nubentes pelos seus terríveis tentáculos que trucidavam o espírito e que subjugavam o homem. Sendo assim, a convivência dos casais deveria apoiar-se na amizade e no companheirismo recíprocos.

Apesar desse discurso ser veiculado na imprensa local, em outras fontes arroladas nesse estudo percebe-se claramente a *ausência de afeição pelo cônjuge* como um dos argumentos que concorriam para justificar, por exemplo, um processo de separação conjugal no Tribunal Eclesiástico de Diamantina. Tal argumento foi utilizado tanto pela mulher quanto pelo homem para explicar o motivo do insucesso do casamento.

É importante lembrar que o amor como um fim para o casamento insere-se na tendência do *amor romântico* do século XIX, pois,

autorizados pelo baixo nível de censura oficial e pela facilidade com que se visitam, a seguir a voz da natureza, a ceder aos seus desejos, os jovens são igualmente convidados a decidir por si próprios os seus compromissos (Lebrun).

Maria Ângela D’Incao, utilizando como fonte a literatura brasileira, procurou identificar mudanças na idéia de amor, no qual o namoro passou a ser menos vigiado, favorecendo as futuras uniões matrimoniais (1998).

Por meio de um costume local, descrito nos jornais como de “tirar sorte”, na tentativa de descobrir com quem as mulheres iriam se casar, pode-se observar novamente as concepções sobre a mulher, a família e o casamento que circulavam na sociedade. Esta prática era muito comum durante o mês de Julho, pois, nesta ocasião, as pessoas faziam perguntas a São João a respeito de suas vidas, especialmente se iriam e com quem se casariam. O Jornal *Idéia Nova* publicou o artigo “sortes” no mês de abril de 1913, com o objetivo de alertar as moças que desejavam se casar:

— Lúcia, fizeste a tua sorte?

— Ah!, meu amor, antes não a fizeste nunca. Sahiu tão bem o caixãozinho com a grinalda! Tenho que morrer noiva...

— Quizera eu morrer assim. Morre-se feliz, alma em Deus, sem máculas nem sofrimentos.

— E o noivo da gente?

— Ora, alguém o consolará. Não faltam moças por este mundo de Cristo.

— Por isso mesmo é que eu não quero. Ir a gente para a cova e o sujeitinho ficar por aí a namorar de novo, dizendo a outras o que já nos disse (fantasias que nos elevaram, sonhos que nos encantaram, ...) Lá no céu a minha alma ficaria doida de ciúmes.

— Santo Deus, Lúcia!

— AH! É que tu não amas... estou triste, sim, muito triste...Morrer noiva... Que São João cruel!!

— Tolices!

— Tolice... tolíce... Olha a Ribeiro! Saiu uma igreja, lá está a pobrezinha em S. Paulo num convento; a victoria tirou um vapor e logo o irmão veio buscal-a; a Souza, uma cama e cortinados e lá está casada com o primo Arthur...

— Ah! Então me casarei...

— Porque? Também fizeste a sorte?

— Claro! E saíu-me um leitãozinho todo cheio de cortinas.

— Bem mais feliz do que eu!

E Lucia, a encantadora Luciasinha, abraçando a amiga, não conteve as lágrimas... e Martha, ainda ouviu uma voz, já arrependida de lhe Ter contado a sorte invejada, ainda ouviu o coração apaixonado soluçar: - eu não queria morrer noiva....

\* \* \*

Dois meses depois, pela mais suave das tardes, Martha entregava a alma a Deus. Ia para o céu, para o noivado immaculo e perenne, para a eterna ventura, feliz na realização do seu lindo sonho de morrer sem mácula nem desilusões. E alguns dias mais, no silêncio aromado da alcova nupcial, Lúcia, a encantadora Luciasinha, segredava ao gentil senhor da sua alma: - que susto me pregou o bom do São João! (ABAT, *Jornal A Idéa Nova*, "Sortes".1913, ano 7, n.º314)

Podem ser destacadas nesta pequena crônica algumas questões acerca da realidade que ela representa. Inicialmente, está claro o estímulo à pureza de sentimentos, o aspecto virginal a que as moças deveriam cultivar em suas vidas, o qual era algo muito bem visto, especialmente se a mulher morresse e assim fosse imaculada para o "céu".

Os problemas que rodeavam o casamento estão presentes no artigo, especialmente o adultério e, nas entrelinhas, o abandono do lar constituído. O artigo ainda investe no argumento de que as mulheres não precisam se "preocupar demais" caso o arranjo do casamento fosse difícil, pois havia outras saídas: o convento, ou a espera paciente de um noivo adequado.

O texto ainda traz embutida a idéia de que a vida conjugal não era mesmo fácil e podia apresentar percalços, causando sofrimento às mulheres. Por fim, está presente a noção de que a vida podia seguir caminhos e ritmos próprios, para além das determinações divinas.

Em estudo recente, Tanya Pitanguy se esforça para *abrir os baús* e compreender as tradições e valores das Minas Gerais, a partir de duas localidades específicas: Curvelo e Diamantina. De fato, a conclusão da autora sobre a permanência da obediência familiar e da manutenção dos costumes nestas duas cidades, (Paula, T, 1997) vem de encontro ao

discurso presente nos jornais diamantinenses, o qual ensinava e incentivava os filhos a serem obedientes a seus pais.

O trecho abaixo, retirado do jornal *Voz de Diamantina*, ilustra bem o argumento dos moralistas de que as próprias mulheres deveriam cuidar para manter intacta a honra, evitando situações como freqüentar lugares suspeitos e circularem em horas impróprias. Percebe-se que o tipo de linguagem utilizada – simples e direta – visava facilitar a recepção do leitor, difundindo, assim, os valores e os comportamentos idealizados:

Filha, eu preciso abrir teus olhos.

Olha, moça séria, moça de valor, que honra e preza o seu nome e de seus pais, não vira coruja, à noite, indo se sujar com marrecos, nos cantos e recantos das ruas, claras ou escuras. Quem se suja às claras, não tem vergonha, e quem procura os escuros é coruja que ainda não a perdeu, deseja perder as asas e cair no inferno!...

— Olha lá! Há prendas nesta vida, que só perdemos uma vez. Considerai bem minhas palavras: eu sou teu pai!

— Mas... papai é preciso que o senhor saiba: os homens, hoje sabem guardar a sua honra!...

Conclusão lógica: Logo... É triste uma casa sem filhos, porém mais triste ainda é uma casa cheia de filhos malcriados e desobedientes. (ABAT, *Jornal Voz de Diamantina*, 1946, ano 9, n.º 33)

O importante, segundo os artigos jornalísticos, era a moralização da sociedade, a difusão dos princípios que norteavam a boa educação, o padrão ideal de família e a conduta social desejável, especialmente das filhas. Em grande parte, o discurso jornalístico fez uso de exemplos a serem seguidos, fictícios ou não. Esta técnica era considerada uma “arma poderosa, porque conquista e vence tudo” (ABAT, *Jornal Pão de Santo Antônio*, “O Exemplo”, 1920, ano 14, n.º 7), pois assim o discurso normativo tinha mais chance de ser apreendido por vastos segmentos sociais menos eruditos.

A noção de uma supremacia masculina sobre a mulher e os filhos, tal qual a legislação definia, também se fazia presente, principalmente nas linhas e entrelinhas dos artigos de jornais. A formação familiar, segundo o discurso jornalístico, apontou para a importância de uma educação austera. Em 1926, um artigo na imprensa diamantinense, assinado por uma mulher e endereçado às mães, afirmava que estas deveriam ensinar aos filhos o catecismo, a não gostarem de baile ou cinema, as filhas a não usarem maquiagem, nem a se olharem excessivamente no espelho e, a se protegerem do divórcio ( ABAT, *Jornal Pão de Santo Antônio*, 17/10/1926, ano 19, n.º 15). Pretendia-se, assim, ensinar bons hábitos aos

jovens e alertá-los para procedimentos que, isolados ou não, influenciassem e alterassem a norma vigente.

Pelo menos no discurso, os papéis definidos para os pais e os filhos deveriam ser rigidamente cumpridos, sob a pena da desorganização da família. De forma geral, o homem, além de sustentar economicamente o lar, deveria vigiar e orientar os filhos, destacando seus deveres. A mulher, além de tudo o que foi dito anteriormente, deveria cuidar de si e de sua prole, a ponto de não permitir as más influências da *transição dos costumes* em curso. Este discurso acentuou-se no decorrer do século XX, especialmente nos anos 20 e 30.

De forma geral, o discurso moralizador levado a cabo pelo Bispado de Diamantina preocupou-se com o excesso de sensualidade que as mulheres vinham demonstrando. Segundo a ótica dos moralistas, as mudanças observadas no comportamento feminino eram mecanismos destruturadores da ordem *socialmente aceita*, por isso o discurso era prioritariamente direcionado às mulheres, responsáveis pela boa criação da prole e sustentáculo da família. Este era o motivo de se combater com tanta veemência “as liberdades femininas”, que buscavam uma padronização acerca do comportamento e do corpo feminino, constituindo um processo de modelagem. Mas, qual era a extensão desse processo?

Os espaços de sociabilidade eram vistos como perigosos, assim, os bailes, os bares, as rodas de jogos, o cinema, o teatro e a missa constituíam espaços de constante vigia. O artigo “Na hora da missa” demonstrou bem essa questão e indicou a necessidade de manutenção da hierarquização social nesses espaços, uma vez que os indivíduos subvertiam o ordenamento idealizado.

Na hora da missa:

No centro estão as senhoras, nas naves lateraes, um exército de moços, e no presbyterio um grupo de homens, pertencentes a diversas associações da parochia.

Que péssima impressão!

Ruíram todos os castelos!

Estamos na casa de Deus, ou no <Boulevard de Paris>? (sic)

Vestidos com todo o rigor da moda, tresandando, cosem-se com a balaustrada e dahi, arrepellando uns poucos fios de buço, atiram, à direita e à esquerda, olhares expressivos e maganos, e são correspondidos por uma ou por outra, das tantas que obedecem

escrupulosamente a todas as exigências de Paris, e que sabem de cór e salteado a autographia. (...)

Ah! E não haver quem escorrace do templo, esses sacripantes (sic), que transformam a casa de Deus em namoriscos. (ABAT, *Jornal Pão de Santo Antônio*, 1911, ano 5, nº 12)

Além do espaço da Igreja, os bailes e as danças também eram alvo de críticas. A dança era considerada como um perigo para a inocência feminina, pois muitos podiam buscar o prazer ao dançar. Isto não quer dizer que as pessoas não deveriam se divertir nos bailes, mas sempre nos moldes católicos: manter o respeito, a distância do parceiro e jamais estimular a sensualidade. (ABAT, *Jornal Pão de Santo Antônio*, “A dança”. Ano 16, nº 33)

Os valores desejados na sociedade foram largamente difundidos pelos jornais locais, como também os indesejáveis. Por isto vários artigos denunciavam o perigo que o cinema representava para a moral e os bons costumes. Os autores dos artigos chamavam a atenção dos pais para a necessidade de alertar os filhos e a esposa para “o amor pervertido, o ódio, o assassinato, o roubo, a vingança” que o cinema estimulava. Os filmes eram considerados mais prejudiciais para a índole feminina, pois “conduzida pela tendência mimética tão nossa, a moça brasileira [que] aceita e copia, arbitrariamente, tudo o que lhe impregnam com o rótulo irresistível da novidade”. (ABAT, *Jornal Pão de Santo Antônio*, “A obra do cinema”. 1926, ano 18, nº 32) Esta visão acerca do papel do cinema não foi unânime, vários artigos apresentam opiniões mais “brandas”, que criticavam apenas os filmes que *excitavam os vícios e apodreciam a sociedade*, e não o cinema de modo geral, pois esta arte possuía os seus atrativos, pois proporcionava ao telespectador viajar a várias partes do mundo sem sair de sua poltrona. Além disso, era um divertimento barato e agradável. (ABAT, *Jornal Diamantina*, “O Cinema”, 1913, ano 01, nº 1) Mas, apesar de algumas exceções, em sua maioria, os artigos de jornais sobre o cinema, freqüentemente, acusavam-no de corruptor dos bons costumes e de estimular o crime em todas as suas modalidades.

A segunda metade de século XIX assistiu ao início e à expansão de uma imprensa feminina no sudeste brasileiro (Teles, 1999; Buitoni, 1990). *Diamantina* não fugiu à regra. Entre 1900 e 1901, circulou o jornal *Voz Feminina*, escrito por três mulheres diamantinenses, Nícia Correa Rabello, Célia Correa Rabello e Zélia Correa Rabello. Esse periódico estampava como subtítulo: “órgão dos direitos da mulher”. Restam hoje poucos exemplares que não permitem inclusive saber a tiragem de cada um, pois não contém tal informação. Apesar de ser publicado em *Diamantina*, sua circulação era mais ampla, tendo assinantes em Belo Horizonte, Ouro Preto, Montes Claros, Curvelo, Teófilo Otoni e Serro.

O primeiro exemplar do jornal da *Voz Feminina* datou de 21 de abril de 1900 e foi recebido pelo concorrente *O município* com ares de “guerra” jornalística em torno da questão do voto feminino. A *Voz Feminina*, de forma ousada, estampava em sua 18ª edição:

Estamos em uma d’essas epochas de transição em que as idéias tendem-se a renovar. Constitui hoje uma questão séria no mundo social – a mulher. Questiona-se, pensa-se, medita-se se ella deve ser emancipada, se deve ter os mesmos direitos que os homens. Lucta do sim e do não! Lutemos pelo primeiro. (ABAT, Jornal *O Município*, 1900, ano 6, nº 225, publicação quinzenal)

O jornal abarcava vários temas e não apenas a luta feminina pelo voto, por isto subdividia-se em várias seções, algumas delas de interesse ou voltadas exclusivamente para a mulher. Havia a seção literária, o noticiário, os agradecimentos aos correspondentes, as notícias internacionais, a relação dos festejos religiosos e, em espaço menor, uma seção de receitas.

O artigo de destaque buscava incentivar a mulher a lutar pelo voto feminino. A participação das mulheres na política era defendida segundo o critério de sua igualdade com os homens, uma vez que “ambos eram partes constituintes da sociedade”. Conclamava as mulheres para que não se resignassem à submissão feminina imposta pela sociedade brasileira e claramente colocada por negar a ela o direito de voto. Uma sociedade democrática deveria ser construída por todos, sem distinção de sexo. Assim,

para ter liberdade de um povo é evidentemente necessário que seja o seu governo creado pelo suffragio e vontade de todo elle. Mas se apenas uma metade pode agir livremente, a outra agirá automaticamente; só a primeira é livre, a segunda escrava. São dois povos em um mesmo paiz: um livre e independente que conforme sua vontade reina sobre o segundo. (ABAT, Jornal *Voz Feminina*, “Pela Mulher”, 1901, ano 01, nº 18)

## 5. Ponderações

No bojo do processo de modernização implementado em Diamantina, a caracterização de família fundamentada no casamento, que, por sua vez, assentava seus pilares no papel que a mulher, mãe e esposa, a organização familiar tinha lugar especial do ponto de vista dos moralistas que escreviam nos jornais diamantinenses. O casamento, monogâmico e indissolúvel, mantinha uma hierarquia no seio da família: o homem possuía o poder de mando, enquanto a mulher deveria ser submissa e obediente, doméstica e rainha do lar. Pode-se falar da existência de um tripé imaginário que funcionava tendo na família a base da sociedade, enquanto que o casamento correspondia ao seu eixo seguro. O terceiro pé do tripé seria a mulher, base de todo o organismo social, o qual jamais poderia ruir. Por este

motivo, o discurso veiculado nos jornais e nas anotações dos memorialistas locais incentivava o padrão idealizado de mulher para tentar impedir qualquer tipo de mudança no quadro apresentado.

O clero local reuniu esforços para implementar um projeto moralizador que teve início efetivamente com Dom João Antonio dos Santos (1863) e teve continuação com o seu substituto, o Arcebispo Dom Joaquim Silvério de Sousa (1905). Tal projeto não divergia dos planos do Estado Imperial e o papel da imprensa e dos memorialistas locais coadunavam com a manutenção dos *bons costumes* locais. (Santos, D, 1993)<sup>11</sup>

O projeto modernizador do bispado de Diamantina procurava indicar o caminho *certo* a ser seguido por homens e mulheres, produzindo uma modelagem direcionada ao comportamento feminino. Preocupou-se com o excesso de sensualidade que as mulheres vinham demonstrando, principalmente quando presentes em espaços de sociabilidades, como na Igreja, nos bailes, no cinema, por exemplo.

Com relação ao casamento, percebeu-se que havia o incentivo por parte do clero no sentido de que as escolhas dos cônjuges deveriam basear-se no companheirismo e não no amor, pois, notadamente, nos jornais, circulava a idéia de que o companheirismo e a amizade durariam por toda a vida conjugal. O casamento por amor, segundo os jornais, conduziria os cônjuges a viver uma vida infeliz.

Por fim, pode-se afirmar que a imprensa documentava e fazia circular informações sobre a vida diamantinense, constituindo-se como um palco privilegiado onde as pessoas projetavam sua visão de mundo, suas paixões, divulgavam suas poesias e folhetins, apontando caminhos e soluções para os mais diversos problemas. Tais assuntos estavam presentes nos artigos jornalísticos, principalmente opiniões, as mais diversas, sobre o casamento e os papéis sociais que deveriam ser seguidos por homens e mulheres, em especial, a moralização da sociedade.

## Referências bibliográficas

### 01) FONTES

---

<sup>11</sup> Isto não quer dizer que este padrão tenha sido seguido por toda a sociedade. Na verdade, em outro estudo sobre essa temática, postula-se que o distanciamento entre o instituído e o instituinte foi grande.

## A) Arquivo de Jornais da Biblioteca Antônio Torres (ABAT):

Jornal *O Norte*, 21/02/1909, ano 1, nº 8, maço 25.

Jornal *A Idea Nova*, 09/06/1912, ano 7, n.º 321.

Jornal o *Município*, 7/08/1900. Diamantina, Ano VI, n.º 237.

Jornal *Pão de Santo Antônio*, 29/06/1924, n.º 4, ano 17.

Jornal *Pão de Santo Antônio*, 19/07/1915, n.º 9, ano 33.

Jornal *O Norte*, 13/02/1909, n.º 01.

Jornal *Pão de Santo Antônio*, 07/09/1924, ano 17, n.º 14. Artigo assinado com pseudônimo R.

Jornal *A Estrela Polar*, “Matrimônio”, 30/11/1906, ano 4, n.º 32.

Jornal *A Estrela Polar*, “O Divórcio”, 01/09/1912, ano 10, nº 17.

Jornal *A Idéa Nova*, “Sortes”. 14/04/1913, ano 7, n.º 314.

Jornal *Voz de Diamantina*, 14/07/1946, ano 9, n.º 33.

Jornal *Pão de Santo Antônio*, “O Exemplo”, 24/10/1920, ano 14, n.º 7.

Jornal *Pão de Santo Antônio*, 17/10/1926, ano 19, n.º 15.

Jornal *Pão de Santo Antônio*, 31/08/1911, ano 5, nº 12.

Jornal *Pão de Santo Antônio*, “A dança”. 24/02/1924, ano 16, nº 33.

Jornal *Pão de Santo Antônio*, “A obra do cinema”. 31/01/1926, ano 18, nº 32.

Jornal *Diamantina*, “O Cinema”, 29/11/1913, ano 01, nº 1.

Jornal *O Município*, 08/05/1900, ano 6, nº 225, publicação quinzenal.

Jornal *Voz Feminina*, “Pela Mulher”, 16/04/1901, ano 01, nº 18.

## B) Arquivo José Teixeira Neves - Biblioteca Antônio Torres/IPHAN. (AJTN),

Caixa 06, envelope 01, folha 79.

Caixa 01, doc. 206. Texto manuscrito.

## C) Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Diamantina (AEAD)

Processo de divórcio, cx 199, ano 1872, Francisco de Souza Pereira e Leocádio Gonçalves Chaves.

Processo de divórcio, cx 199. Francisca Maria da Encarnação e João Henrique Pereira. Ano: 1872.

Manuscrito “Memorial Histórico da Arquidiocese de Diamantina, Tomo I e II, (s/d) – documentos em processo de organização arquivística no AEAD.

## 02) BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Ângela (org) *Pensando a família no Brasil: da colônia à modernidade*. Rio de Janeiro: Espaço e tempo Editora da UFRJ, 1987, p. 13-21.

ARAÚJO, Rosa Maria Barbosa de. *A vocação do prazer: a cidade e a família no Rio de Janeiro republicano*. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

ARIÉS, Philippe. & DUBY, Georges. *História da Vida Privada*. São Paulo: Cia das Letras, v.3, 1991, p.7-19.

BADINTER, Elizabeth. *O Mito do Amor Materno*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985, p. 282.

BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Dicionário Histórico Geográfico de Minas Gerais*. Belo Horizonte/Rio de Janeiro: Itatiaia, 1995.

BEVILÁQUA, Clóvis. *Direito Civil: teoria geral do Direito Civil*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1908, p. 29.

BUITONI, Dulcília Schroeder. *Imprensa Feminina*. 2ed. São Paulo: Ática, 1990.

CORRÊA, Mariza. Repensando a família patriarcal brasileira In: *Colcha de Retalhos: estudos sobre a família no Brasil*. 3ed, São Paulo: Unicamp, 1994, p.15-42.

COSTA, Dom José Pedro. *Vanguardeiros*. Diamantina: Epil, 1933, p. 13-19.

D’INCAO, Maria Ângela. Amor romântico e família burguesa. In: *Amor e família no Brasil* (org). São Paulo: Contexto, 1989.

DEL PRIORE, Mary. História do cotidiano e da vida privada. In: VAINFAS, Ronaldo & CARDOSO, C. F. (org). *Domínios da História*. Rio de Janeiro: Campos, p. 268.

DEL PRIORE, Mary. *Ao Sul do corpo: condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil Colônia*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1995.

Departamento de Estatística e Publicidade / Secretaria da Agricultura. *Anuário Demográfico de Minas Gerais*, ano III, 1933, BH: Imprensa Oficial, 1935, p. 81-2.

Departamento Estatístico e Demográfico de Minas Gerais. *Anuário Demográfico de Minas Gerais*, ano 3, 1933. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1935, p. 128.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. 2ed. São Paulo: Brasiliense, 1995, p. 50.

FIGUEREDO, Luciano Raposo de Almeida. *Barrocas Famílias*. São Paulo: Hucitec, 1997, p.30.

FONTES, Mirella de Abreu. Visões de Júlia Lopes sobre a Maternidade X seu próprio testemunho? In: NEGUEM – Núcleo de Estudos de Gênero e Pesquisa sobre a mulher. Programa de Pós-graduação em História, Uberlândia, nº 17, ano 9, p. 33-5, 200.

FREYRE, Gilberto. *Casa grande e Senzala*. 46ed. Rio de Janeiro: Record, 2002.

FURTADO, J.F. *Chica da Silva e o Contratador dos Diamantes: o outro lado do mito*. São Paulo: Cia das Letras, 2003.

FURTADO, Júnia Furtado. Pérolas Negras. In: FURTADO, J. F. (org) *Diálogos Oceânicos*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2001, p. 81-121

GOODWIN Jr. James W. Jornal como fontes documentais para a história econômica regional. In: *Cronos Revista de História*. Faculdade de Ciências Humanas de Pedro Leopoldo, nº 3. Pedro Leopoldo/MG, 2001. p. 9.

MACHADO FILHO, Aires. *Arraial do Tijuco; Cidade Diamantina*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1980, p.197.

MALUF, Marina e MOTT, Maria Lúcia. Recônditos do mundo feminino. In: NOVAIS, Fernando (dir) e SEVCENKO, Nicolau (org). *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, v. 3, 2000, p. 389.

MARTINS, Marcos Lobato. *A presença da fábrica no grande empório do norte*. In: SEMINÁRIO SOBRE A ECONOMIA MINEIRA, 9, v.1, 2000. Anais. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2000, p. 290.

MOREIRA. Maria de Fátima Salum. *Amor e casamento na década de 30*. CEDHAL – Centro de Estudos de Demografia da América Latina. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1996, p. 4-15. (Série Cursos e Eventos)

MORLEY, Helena. *Minha vida de Menina*. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

MOURÃO, Paulo Gruger Correa. *Sementeira de Valores: o Seminário de Diamantina – 1867-1930*. Belo Horizonte: Tipografia Marília Editora, 1921.

PAULA, Tanya Pitanguy de. *Abrindo os baús: tradições e valores das Minas e das Gerais*. BH: Autêntica, 1999.

PIRES, Maria do Carmo. *Juízes e Infratores: o Tribunal Eclesiástico do Bispado de Mariana (1748-1800)*. Franca: Dissertação de Mestrado - Universidade Estadual Paulista, 1997.

PLACIDO & SILVA, *Vocabulário Jurídico*. 18 ed, Rio de Janeiro: Forense, 2001, p.228.

RAGO, Margareth. *Do Cabaré ao Lar: a utopia da cidade disciplinar. Brasil: 1890-1930*. 3ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997, p. 82

RIBEIRO, Eduardo Magalhães. *Economia do varejo: agricultura, governo e mercados locais no nordeste de Minas Gerais nos começos do século XX*. In: SEMINÁRIO SOBRE A ECONOMIA MINEIRA, 9, v.1, 2000. Anais. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2000, p. 179-212.

RODRIGUES, SIMÕES & ESTEVES, Entre a iniciativa e a fabricação: a construção da modernidade tardia em Minas Gerais. In: MIRANDA, Wander Melo (org). *Narrativas da Modernidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999, p.222-3.

RODRIGUES, SIMÕES & ESTEVES, Entre a iniciativa e a fabricação: a construção da modernidade tardia em Minas Gerais. In: MIRANDA, Wander Melo. *Narrativas da modernidade*. BH: Autêntica, 1999, p. 215-46. PAULA, João Antônio de Paula. *Raízes da modernidade em Minas Gerais*. BH: Autêntica, 2000.

SAMARA, Eni de Mesquita. *A família brasileira*. 4ed. São Paulo: Brasiliense, 1993.

SAMARA, Eni de Mesquita. *As mulheres, o poder e a família*. São Paulo: Marco Zero e Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo, 1989.

SANTOS, Dayse Lúcida Silva. *O discurso moral impresso e imposto*. Artigo apresentado em disciplina do Mestrado à Prof. Dra Júnia Ferreira Furtado – FAFICH, Setembro/1999. (mimeo)

SCHUMAHER, Schuma & BRAZIL, Érico Vital. *Dicionário Mulheres do Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 2000, p.305-6.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Vida Privada e cotidiana no Brasil*. 2 ed. Lisboa: Estampa, 1993; SOIHET, R. Mulheres pobre e violência no Brasil urbano. In: DEL PRIORI, Mary (org) *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto/Unesp, 1997, p. 362-400;

SOUZA, José Moreira de. *Cidade; Momentos e Processos: Serro e Diamantina na formação do Nordeste mineiro*. São Paulo: Anpocs, 1993, p.194-5.

TELES, Maria Amélia de Almeida. *Breve história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1999.

TELLES, Norma. Escritoras Brasileiras no século XIX. In: AUAD, Sylvia M, V. A Venturoli (org). *Mulher: cinco séculos de desenvolvimento da América*. Belo Horizonte: Federação Internacional de Mulheres na Carreira Jurídica / Centro Universitário Newton Paiva, 1999, p. 325-331.